

19.05.1966

SECRETARIA GERAL DO MEB

Quando aceitamos integrar o MEB, o que de fato nos levou a esse en-
volvimento foi:
- a consciência da nossa Fé, que nos leva a aderir à força de
transformação e purificação do mandado na Pessoa de Jesus Cris-
to, incarnada na realidade concreta do nosso tempo;

- o testemunho público de cristãos que poderiam suscitar e sus-
citar, com todas as consequências, a luta pela libertação
dos homens, considerando que cada atitude consciente inspi-
rada no reconhecimento do "menor dos meus irmãos" era um
livre e revelador de Jesus Cristo;

- o desejo de colocar a nossa capacidade e vocação de educa-
dores a serviço dos menos favorecidos querendo ajudar o
povo a ter acesso ao nível de decisão dos seus destinos;

Em nossa permanência no MEB reconhecemos:
- que não se pode nem se deve pedir à Hierarquia que faça opções
em torno de projetos concretos de desenvolvimento. Entretan-
to o que acontece é que o MEB, diretamente subordinado a Hierar-
quia, sendo um trabalho de natureza técnica implica opções
específicas em torno de projetos de educação relacionados a
situações concretas. Desta maneira evidencia-se a cada momen-
to a ambigüidade da sua estrutura;

- que é da nossa competência e responsabilidade buscar e esco-
lher honestamente os caminhos que levam ao povo brasileiro,
em desenvolvimento autêntico.

... possibilidades de fiscalização do ... ati-
... luta pela proteção dos homens,
... reconhecimento progressivo do seu lugar no
... do Reino de Deus.

ção da nossa realidade, no sentido de buscar a fraternidade de todos os homens;

- enquanto nos forem oferecidas condições de visão da realidade nacional, do descomprometimento com a faixa de dominação e oportunidades de por em prática uma opção de trabalho com os pobres.

Tomando também conhecimento da carta que o Sr. Arcebispo de Terezina, 1º vice-presidente da CNBB, com a aquiescência do sr. Presidente do MEB, encaminhou em 09 do corrente mês ao sr. Ministro da Educação, sentimos responsabilidade de afirmar:

1. A cartilha "Viver é Lutar" foi elaborada por um grupo de técnicos do MEB, consciente de suas responsabilidades e de capacidade comprovada, que vivia uma experiência de trabalho com povo, tendo também sido aprovada pelos srs. Bispos do CDN. As "dificuldades de interpretação" só se colocam para aqueles que não entendem ou não queriam entender o trabalho. Além disso, a referida cartilha foi acompanhada de textos complementares como: uma fundamentação, justificação baseada em dados objetivos e científicos, além de uma mensagem kerigmática.

Portanto, a retirada de "Viver é Lutar" foi uma concessão feita pelo MEB para poder continuar o trabalho diante de uma nova situação política instalada no país. Entretanto, reafirmamos que a cartilha não continha nenhuma inverdade.

Quanto ao "Mutirão", o novo texto utilizado e que foi no II Encontro Nacional de Coordenadores, realizado no ano p.p. foi apresentado ao CDN e posteriormente aos srs. Bispos diocesanos da área onde o MEB atuava, tendo em consequência sofrido as mais variadas modificações e até mutilações. Não nos é possível deixar de protestar contra a afirmação de que pode ser revista, mais uma vez, inclusive pelo MEC.

2. A presença de um representante do MEC junto ao MEB, em si nada tem de novo, uma vez que o próprio Estatuto do MEB prevê isso. Entretanto, no contexto da carta, nos parece que há intenção de obstruir as possibilidades de realização das atividades do MEB, especialmente as realizadas em território da própria CNBB.

justifica em termos temporários para relacionamento com Entidades. Uma sede central, no Rio ou em qualquer outra cidade, tem para nós atribuições muito acima das meramente burocráticas. Significa contarmos com não somente uma direção administrativa que facilita e assessoria o trabalho nêsse aspecto, inclusive distribuindo equitativamente e com justiça os recursos materiais, mas, especialmente, contarmos com uma equipe técnica que orienta e coordena o trabalho. Para nós, a capacidade da equipe nacional, que foi até o momento o grande sustentáculo do MEB, possibilitando a ação por ele desenvolvida e que não pode ser ignorada, é, sem nenhum favor, das mais segura, capaz e eficiente. Sem limitar a capacidade de criação e adaptação locais, a equipe nacional durante toda existência do MEB proporcionou às equipes condições de trabalho, participando das dificuldades surgidas, resolvendo problemas, orientando tecnicamente os trabalhos e especialmente selecionando e treinando o pessoal.

Dessa maneira, possibilitou uma ação educativa eficaz. Não podemos reconhecer o MEB que aceitamos e integramos. O MEB afirma que a existência dessa equipe é temporária e "necessária por força de extensão territorial".

Para nós, a proposta de reestruturação do MEB causa a maior estranheza principalmente pelo profundo desrespeito a ela, um que integra o MEB. Aderimos a um movimento que se caracteriza por uma unidade nacional que possibilitou até o momento, um aprofundamento do trabalho, uma permanente troca de experiências e conseqüentemente um enriquecimento mútuo. Cada equipe sente-se fortalecida e constantemente atualizada em seu trabalho, devido a essa unidade que para nós é fundamental.

Caracterizando-se o MEB por ser um movimento eminente de caráter educativo destinado a atuar em áreas sub-desenvolvidas do país e que, como tais, apresentam importantes similaridades de caráter econômico-social, a atual estrutura do MEB tem permitido uma visão global dessa problemática e, conseqüentemente uma atuação significativa enquanto projeto de povo brasileiro e não somente de pequenas parcelas isoladas dessa população. Para o MEB, seria ineficaz uma atuação isolada em cada área - daí os planejamentos conjuntos e as avaliações conjuntas - uma vez que toda essa população encontra-se inserida numa mesma problemática, num mesmo contexto, enfim, numa mesma estrutura que necessita ser modificada, para que todos os homens tenham direito de ser homens, de ser

Dentro dessa perspectiva, nós, que realizamos o trabalho do MEB, que vivemos a experiência muitas vezes dura mas sempre renovada e válida, durante quase 5 anos, não podemos concordar que a CNBB comprometa o Movimento sem que nós, tenhamos dado ouvidos, ainda mais quando essa promessa de reestruturação é feita ao Governo em troca da liberação de verbas. Teríamos preferido que a Hierarquia não tivesse cedido a pressões que comprometem a autenticidade do Movimento e que vêm contra o nosso compromisso assumido também como membros da Igreja, com o povo brasileiro.

Nós nos recusamos a ser tratados como objeto, sem liberdade e sem inteligência, quando sabemos que somos sujeito da nossa salvação.

Finalmente, tanto quanto o Episcopado Nacional, "é nosso desejo ver o MEB trabalhar a serviço da educação e do bem estar social". Entretanto, com as limitações que nos estão sendo impostas, o próprio desvirtuamento do MEB, quebrando especialmente sua unidade, isso não será possível, principalmente em termos e sob o Movimento de EDUCAÇÃO DEBEMOS.

Solicitando que seja dado conhecimento desta carta

em relação a reestruturação

esta constitui parte da estrutura

responsabilidade e compromisso

educação de bem estar social